

CONSELHO DA CIDADE DO RECIFE

Ata da 8ª Reunião da Câmara Técnica de Trânsito, Transporte e Mobilidade Urbana

Local: Sala de Reunião da SEPLAN/PCR – 5ª andar

Data: 03 de abril de 2018

Horário: 9h29 às 12h

Pauta:

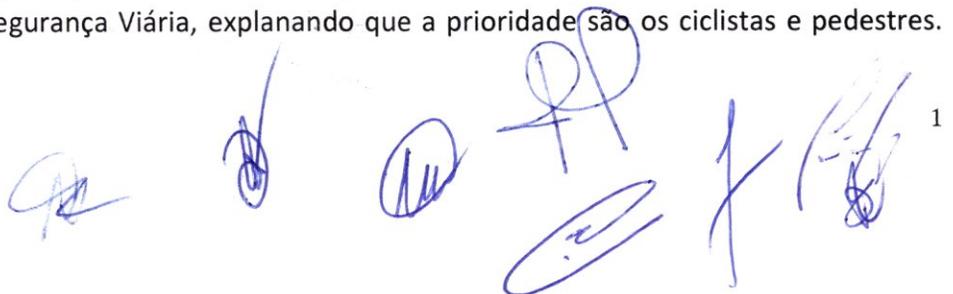
- ✓ Calendário de reuniões 2018;
- ✓ Discussão das Políticas Setoriais de Mobilidade Urbana;
- ✓ Outros informes.

Participantes da reunião da Câmara Técnica:

- ✓ Dos Conselheiros do poder público presentes: Sideney Schreiner, Maurício Pina, Fernando de Alcântara, Luciano Ferraz e Taciana Sotto-Mayor.
- ✓ Dos Conselheiros de Entidades profissionais acadêmicas, de pesquisa e conselhos profissionais e ONGs: Daniel Valença (AMECICLO) e Fernando de Holanda (RAPS).
- ✓ Dos Conselheiros representando o Empresariado:
- ✓ Dos Conselheiros de Representantes do segmento de entidades sindicais de categorias profissionais ligadas ao desenvolvimento urbano, movimentos sociais e populares com atuação na temática urbana ou ambiental: Maria Lúcia (MNLN).
- ✓ Dos técnicos da PCR e convidados: Carlos Alberto Carneiro (Poder Público), Jane Toscano (Poder Público), Tarciana Medeiros (Poder Público), Mônica Loreto (Poder Público) e João Victor Mulatinho (Poder Público).

Resumo da reunião:

- ✓ Iniciada a reunião às 09h29, Sideney Schreiner (Poder Público) repassou a pauta do dia, informando que a próxima reunião da Câmara Técnica de Mobilidade ocorrerá no dia 10.04.18, às 09h, na sala de reunião da SEPLAN – 5ª andar. Fez a leitura das Políticas Setoriais de Mobilidade Urbana e informou que na próxima reunião trará o texto da Lei para debate e discussão na Câmara Técnica. Informou que os conselheiros receberão o conteúdo previamente, para que posterior encaminhamento à plenária.
- ✓ Fernando de Holanda (RAPS) perguntou se haveria possibilidade de apresentar uma síntese das solicitações.
- ✓ Sideney Schreiner (Poder Público) informou que estarão contidas no relatório, onde serão detalhados os motivos pelo qual foram inclusas ou retiradas. Continuou a leitura onde tratou de alguns pontos como: Segurança Viária, explanando que a prioridade são os ciclistas e pedestres.


1

CONSELHO DA CIDADE DO RECIFE

Ata da 8ª Reunião da Câmara Técnica de Trânsito, Transporte e Mobilidade Urbana

Repassou que haverá a inserção de semáforos com tempos adequadamente calculados, segundo norma técnica vigente, acrescentando a iluminação de alta intensidade e sinalização sonora.

- ✓ Daniel Valença (AMECICLO) questionou se existe algum tempo de espera determinado para os semafóricos.
- ✓ Sideney Schreiner (Poder Público) informou que não há uma padronização na cidade do Recife e que o Plano vai propor tal padronização que será regulamentada através de manual. Atualmente a engenharia de tráfego estabelece, como boa prática, um tempo máximo de espera para o pedestre de 120 segundos.
- ✓ Maria Lúcia (MNLN) reclamou que os motoristas da região metropolitana do Recife não são educados no trânsito, questionou se não haveria como aumentar o tempo dos sinais de trânsito para travessia dos pedestres e se haveria possibilidade da realização de campanhas informativas para conscientização dos motoristas.
- ✓ Sideney Schreiner (Poder Público) informou que há propostas de fazer o trabalho de conscientização dos motoristas em determinadas áreas e podem aperfeiçoar os semáforos em áreas como escolas, hospitais e determinados órgãos públicos.
- ✓ Maurício Pina (Poder Público) falou que a UFPE fez um projeto sobre a BR- 101, onde dentre outros assuntos, há um estudo sobre o trecho do Hospital das Clínicas, que é de difícil acesso. O local possui uma passarela deteriorada e as vias são longas para que o pedestre arrisque a travessia sem a sinalização adequada. Informou que um pedestre normal faria a travessia em 1,2 m/s, levando 5,8 segundos para atravessar a via. Reforçou a importância de trabalhar adequadamente com os temporizadores dos semáforos. *cada pista.*
- ✓ Daniel Valença (AMECICLO) expôs a importância que o cidadão acredite que os motoristas irão respeitar sua travessia na faixa de pedestre e que os sinais vão parar assim que o pedestre solicitar.
- ✓ Sideney Schreiner (Poder Público) informou que estão abrindo o debate para inserção de todos os temas comentados acima no Plano. Relatou que os equipamentos eletromecânicos sofrem quando há picos de energia e com o tempo, há perda da sincronia, além de outros problemas decorrentes do tempo. Expôs a importância da modernização dos equipamentos. Retomou a leitura do documento, ainda, tratando de Segurança Viária, onde falou que as rotas acessíveis do Recife devem ser definidas no Plano de Mobilidade Urbana do Recife, que as faixas livres estejam sem obstáculos nas esquinas e que em algumas situações específicas, o nível das travessias seja o mesmo das calçadas. Comentou que a iluminação pública deve favorecer a calçada e os pedestres e informou que a velocidade limite nas vias do município deve ser: vias de trânsito rápido – 60 km/h, vias arteriais principais: 50 km/h, vias arteriais secundárias: 50 km/h, vias coletoras: 40 km/h e vias locais: 30 km/h. Trechos de ciclorotas devem ser de 30 km/h. Reforçou que a fiscalização deve ser permanente e de forma eletrônica. Ressaltou que nas vias de

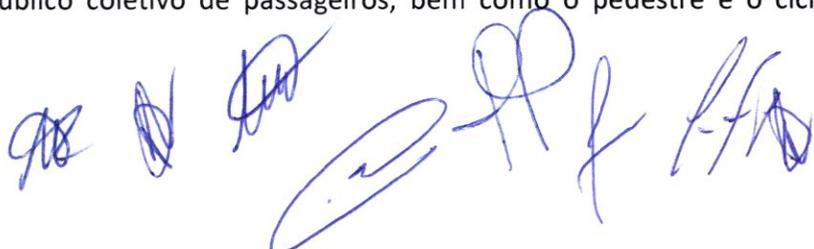
 2

CONSELHO DA CIDADE DO RECIFE

Ata da 8ª Reunião da Câmara Técnica de Trânsito, Transporte e Mobilidade Urbana

responsabilidade do município, está prevista a desativação exclusiva para fins de manutenção. Informou que o município ficará responsável pela educação do trânsito nas escolas e com a população em geral. Continuou a leitura do documento, falando dos pedestres, relatando que na infraestrutura de mobilidade urbana, há contemplação de largos, praças, calçadas, escadarias, rampas, passarelas, pontes e túneis. Reforçou que a arborização, iluminação e sinalização são partes obrigatórias e indispensáveis dos projetos de implantação, manutenção, requalificação e reconstrução de calçadas e passeios. Informou que a Prefeitura da Cidade do Recife assumirá, progressivamente, a responsabilidade pela construção, manutenção e recuperação dos passeios ou calçadas do sistema viário. Ressaltou que as ações devem atender às diretrizes e especificações do Manual das Calçadas do Recife.

- ✓ Fernando de Holanda (RAPS) perguntou se existe algum ponto específico que trate da governança das calçadas. Ressaltou que se o gerenciamento não for incluso, pode haver problemas de diversos fatores, como a inserção de postes em locais errados, por exemplo. Expôs que seria interessante que as concessionárias solicitassem ao poder público a inclusão de qualquer material ou ação que façam nas calçadas.
- ✓ Sidney Schreiner (Poder Público) informou que no momento, há dificuldade de deixar algum órgão como responsável por essa questão. Retomou a leitura do documento, falando agora dos ciclistas. Reforçou que é um meio de transporte que promove a saúde pública, inclusão social, além do esporte e lazer. Ressaltou que a bicicleta compartilhada, que pode auxiliar o transporte público. Informou que o Plano de Mobilidade Urbana deve definir as diretrizes para integração dos sistemas de compartilhamento de bicicletas ao transporte público coletivo de passageiros. Falou que o executivo municipal apoiará a implantação de paraciclos em via pública, em áreas comerciais ou de serviços, na faixa de serviço da calçada (quando houver largura suficiente).
- ✓ Fernando de Holanda (RAPS) perguntou onde o Metrorec está inserido nas demandas do Plano.
- ✓ Sidney Schreiner (Poder Público) informou que, apesar de participarem das discussões, a gestão dos transportes sobre trilhos é federal, podendo ser assumida pelo Estado, mas sem jurisdição municipal, ficando limitada a abordagem no Plano de Mobilidade.
- ✓ Daniel Valença (AMECICLO) questionou o motivo da bicicleta compartilhada não estar inserida como serviço de transporte público.
- ✓ Sidney Schreiner (Poder Público) informou que esta definição cabe à legislação federal. Posteriormente, passou o tema para o Transporte Público de Passageiros, onde ressaltou que o poder público deve incentivar os deslocamentos, com ênfase no acesso ao trabalho e à educação. Ressaltou que o executivo municipal priorizará a implantação, operação e circulação de um sistema integrado de transporte público coletivo, em caráter preferencial, com relação ao transporte motorizado individual. Reforçou que o processo de planejamento e avaliação de projetos deve ser realizado de forma integrada, contemplando simultaneamente todos os subsistemas de transporte público coletivo de passageiros, bem como o pedestre e o ciclista.



CONSELHO DA CIDADE DO RECIFE

Ata da 8ª Reunião da Câmara Técnica de Trânsito, Transporte e Mobilidade Urbana

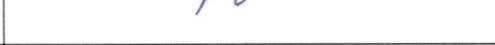
Tratou da implementação e gestão do sistema de um sistema aprimorado do monitoramento do transporte público, de canais de atendimento e denúncia, prazo de validade de no mínimo um ano após o depósito dos valores no sistema. Acrescentou que a venda e recarga de cartões devem ser disponibilizadas nas estações de metrô, VLTs, transporte fluvial, nos equipamentos públicos municipais e estaduais. Informou que o poder público municipal promoverá a utilização do modo fluvial para o transporte público coletivo e individual de passageiros, como forma de consolidar uma alternativa ao transporte terrestre.

- ✓ Maurício Pina (Poder Público) ressaltou que o transporte fluvial na cidade do Recife é adequado para o setor turístico, porém, como meio de transporte diário para população, torna-se inviável devido ao tempo de atracação, velocidade e quantidade de público atendido.

Encaminhamentos:

- ✓ 09ª Reunião da Câmara Técnica de Mobilidade – 10.04.18, às 09h, na sala de reunião da SEPLAN – 5º andar. Continuação da pauta do dia 03.04.18.
- ✓ 10ª Reunião da Câmara Técnica de Mobilidade – 02.05.18, às 09h, na sala de reunião da SEPLAN, 5º andar.
- ✓ Solicitar à SEMOC retorno sobre os projetos referentes às Avenidas Conde da Boa Vista e Agamenon Magalhães, além de solicitar informações acerca do projeto de duplicação da Avenida Dois Rios.

Conselheiros presentes que integram a Câmara Técnica:

NOME/INSTITUIÇÃO	ASSINATURA
Daniel Valença (AMECICLO)	
Fernando de Alcântara (Poder Público)	
Fernando de Holanda (RAPS)	
Luciano Ferraz (Poder Público)	
Maria Lúcia (MNLN)	
Maurício Pina (Poder Público)	
Sideney Schreiner (Poder Público)	
Taciana Sotto-Mayor (Poder Público)	

ERRATA

Ata DA 8ª Reunião da Câmara Técnica de Trânsito, Transporte e Mobilidade Urbana

No quinto parágrafo da segunda página onde se ler atravessar a via, leia-se atravessar cada pista.

Recife, 03 de julho de 2018


Maria do Socorro Cavalcanti

Relatora